

PARECER JURÍDICO

ASSUNTO:PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 054/2021. PREGÃO ELETRÔNICO
Nº023/2021. PARECER INICIAL. ANÁLISE
FORMAL E MATERIAL. RECEPÇÃO
REGULARIDADE JURÍDICO FORMAL.
OPINATIVO PELA APROVAÇÃO DO
EDITAL.

RELATÓRIO

Por solicitação emanada da Comissão de Licitação do Município de Tamandaré-PE, chega ao crivo desta Assessoria o Processo Licitatório nº 054/2021, Pregão Eletrônico sob o nº 023/2021, com critério de julgamento “menor preço por lote”, que tem por objeto a “Contratação de empresa especializada para informatização e implantação do sistema PEC (Prontuário Eletrônico) nas unidades de saúde da atenção básica e e-SUS-AB, atividades de apoio a gestão em saúde, visando atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Tamandaré-PE.”.

Seguindo a liturgia de praxe, os autos foram submetidos à análise desta assessoria jurídica, a fim de que fosse verificada a legalidade dos atos da fase interna do procedimento licitatório, levando-se em consideração a legislação pertinente à matéria.

É, em abrupta síntese, o que importa relatar.

Passo a fundamentar, para, ao final, opinar.

FUNDAMENTAÇÃO



Ressalte-se, de pórtico, que o presente parecer tem por fundamento o art. 38, VI da Lei n  8.666/93, visando verificar a legalidade da fase interna do certame.

Apesar de constar no procedimento a estimativa de preços do objeto a ser adquirido, esta assessoria destaca que não det m expertise para examinar e aquilatar a correspondência dos valores estimados no certame frente ao usualmente praticado pelo mercado.

Outrossim, vislumbro que o processo licitatório está devidamente autuado e acompanhado da solicitação abertura do certame, autorizado por autoridade competente, do mesmo modo que possui termo de referência, descrevendo o objeto a ser licitado, justificativas para a sua aquisição, bem como aponta os recursos financeiros e dotação orçamentária. Acrescentamos que, no Termo de Referência, há justificativa quanto à necessidade do objeto, produtos e especificações técnica, modalidade de licitação, formas e prazos para fornecimento, obrigações do contratante e da contratada, condições de entrega e eventuais penalidades.

No que tange ao instrumento convocatório, noto que o edital contempla as condições do objeto, do critério de julgamento, de participação, exigências referente às propostas e documentos de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, bem como inclui a previsão de interposição de recursos administrativos e eventuais impugnações quanto regularidade dos licitantes.

Verifico, ainda, que nos autos, há nove anexos, quais sejam: Termo de Referência, Minuta de Declaração de comprovação de que dentro da empresa não existe servidor municipal da Prefeitura Municipal de Tamandaré, Minuta de Declaração de cumprimento das condições de habilitação, Modelo de Declaração da não existência de emprego a menores, Modelos de Declaração de ME/EPP, Minuta de Declaração de cumprimento e aprovação a todas as cláusulas do edital, Modelo de Proposta Financeira, Minuta de Declaração da não existência de fatos impeditivos para a participação da licitação, e Minuta de Contrato, estando em consonância com o art. 3 , I da Lei 10.520/2002 e art. 8  do Decreto 10.024/2019.

Acrescentamos que a minuta do contrato que apresenta as cláusulas legais necessárias, como regime jurídico adotado, detalhamento do objeto, prazo contratual, dotação orçamentária, condições de entrega, reajuste contratual, obrigações da contratada e do contratante, rescisão, alteração e reequilíbrio contratual, recebimento e fiscalização do contrato, regime de execução do contrato, bem como sobre possível as sanções e penalidades em caso de inadimplemento e o foro e publicidade do instrumento.

Por fim, verifico que o pregoeiro e sua equipe de apoio foram nomeados pelo Prefeito, bem como realizaram os atos da fase interna em observância à legislação de regência constantes do art. 3º, I da Lei 10.520/2002, bem como do art. 8º do Decreto nº 10.024/2019.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, estando configurada a regularidade do procedimento adotado, com esteio legislação vigente, **OPINO PELA APROVAÇÃO DO EDITAL**, a fim de que seja autorizado o início da fase externa do referido certame, possibilitando à Administração contratar a melhor proposta apresentada pelos licitantes.

É, S.M.J., o Parecer, que submeto à análise superior.

Tamandaré /PE, 08 de setembro de 2021.

JULIO TIAGO DE CARVALHO
RODRIGUES:03909939481

Assinado de forma digital por JULIO TIAGO
DE CARVALHO RODRIGUES:03909939481

JULIO TIAGO DE C. RODRIGUES

OAB/PE 23.610